

ING Bank N.V.
(Filial de São Paulo)

CNPJ: 49.336.860/0001-90

**Demonstrações financeiras
consolidadas do Conglomerado
Prudencial em 30 de junho 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas – Conglomerado prudencial	4
Balanço patrimonial	8
Demonstrações de resultado	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Apresentação: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial e as respectivas notas explicativas relativas ao semestre e exercícios findos em 30 de junho de 2020, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: No primeiro semestre de 2020 o Conglomerado Prudencial apresentou lucro líquido de R\$ 1,4 milhões versus um lucro líquido de R\$38,3 milhões no primeiro semestre findo em junho de 2019. A variação no período reflete, principalmente, o aumento no resultado de intermediação financeira. As demonstrações financeiras individuais encontram-se disponíveis no site do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) na internet, no endereço <http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>.

Apesar do cenário adverso imposto pela pandemia do COVID-19 durante todo primeiro semestre de 2020, seja do ponto de vista econômico ou social, as atividades operacionais do Conglomerado Prudencial se mantiveram sem impactos financeiros significativos, buscando a preservação do valor justo dos Ativos e Passivos e a continuidade dos negócios

Em 30 de junho de 2020 o Conglomerado Prudencial possui títulos privados classificados como “mantidos até o vencimento”. Para estes títulos, a administração possui intenção e capacidade financeira para mantê-lo nesta classificação em atendimento a Circular 3.068 do BACEN.

Índice de Basileia: O Conglomerado adota a apuração dos limites de Basileia de forma consolidada, tomando-se como base os dados financeiros consolidados do Conglomerado Prudencial, de acordo com as diretrizes do Banco Central do Brasil. Em 30 de junho de 2020, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 14,58%.

Gerenciamento de Risco: O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras do Banco Central, os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Conglomerado, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 e Circular 3.930/19 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet, no endereço citado acima.

Agradecimentos: o ING Bank N.V. (Conglomerado Prudencial) agradece aos seus clientes, colaboradores e fornecedores pela parceria, confiança, dedicação e profissionalismo.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores do
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução n.º 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e às entidades incluídas no Conglomerado Prudencial, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificação, em 30 de setembro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

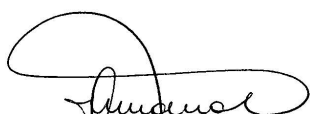
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e das entidades incluídas no Conglomerado Prudencial. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e as entidades incluídas no Conglomerado Prudencial a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de setembro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

ING BANK N.V.C.N.P.J. 49.336.860/0001-90
Consolidado Prudencial**BALANÇO PATRIMONIAL**
em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	jun/20	dez/19		PASSIVO	Nota	jun/20	dez/19
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		10.990.638	7.490.405		DEPÓSITOS	12	2.380.660	2.159.035
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS		2.837.693	1.649.733		Depósitos à vista		981	463
Carteira própria		769.232	724.887		Depósitos interfinanceiros		141.775	15.002
Vinculados à prestação de garantias	7	26.937	620.713		Depósitos a prazo		2.237.904	2.143.570
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.041.524	304.133		RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		1.531	21.003
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS		928	811		Recursos em trânsito de terceiros		1.531	21.003
Créditos vinculados:					OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	13	14.714.515	9.626.826
Depósitos no Banco Central do Brasil		868	741		Empréstimos no exterior		14.714.515	9.626.826
Correspondentes		60	70		INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	7	1.470.839	498.085
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		957.033	938.291		Instrumentos financeiros derivativos		1.470.839	498.085
Operações de crédito - setor privado	8 a)	259.682	257.634		OUTRAS OBRIGAÇÕES		38.230.867	27.137.236
Financiamentos - setor privado	8 a)	703.908	689.223		Carteira de câmbio	9	38.166.205	26.975.902
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	8 d)	(6.557)	(8.566)		Sociais e estatutárias		-	2.976
OUTROS CRÉDITOS		42.968.088	30.319.585		Fiscais e previdenciárias	14	31.068	54.118
Carteira de câmbio	9	42.653.807	30.076.388		Negociação e intermediação de valores		117	105
Rendas a receber		8.206	7.768		Diversas	15	33.477	104.135
Negociação e intermediação de valores		10.880	20.885		PROVISÕES	16	72.682	71.368
Diversos	10	407.193	264.073		RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS		1.669	2.630
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (-)	8 d)	(111.998)	(49.529)		Resultado de exercícios futuros		1.669	2.630
OUTROS VALORES E BENS		546	260		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	990.273	988.751
Despesas antecipadas		546	260		CAPITAL:			
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	11	100.012	97.278		De domiciliados no exterior		677.025	636.526
INVESTIMENTOS		65	65		Aumento de capital		-	40.499
Outros investimentos		65	65		Reserva de capital		4.676	4.550
IMOBILIZADO DE USO		4.837	7.770		Reserva de lucros		307.176	307.176
Outras imobilizações de uso		6.288	9.574		Lucros acumulados		1.396	-
(-) Depreciações acumuladas		(1.451)	(1.804)		INTANGÍVEL		3.196	736
INTANGÍVEL		3.196	736		Ativos Intangíveis		4.279	901
Ativos Intangíveis		4.279	901		(-) Amortização acumulada		(1.083)	(165)
(-) Amortização acumulada		(1.083)	(165)		TOTAL DO ATIVO		57.863.036	40.504.934
TOTAL DO ATIVO		57.863.036	40.504.934		TOTAL DO PASSIVO		57.863.036	40.504.934

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860./0001-90

Consolidado Prudencial

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações)

	2020	2019
	Semestre	Semestre
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.695.612	275.985
Operações de crédito	230.473	22.827
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	353.410	211.623
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7 1.028.348	8.610
Resultado de operações de câmbio	2.083.381	-
Operações de empréstimos e repasses	-	32.925
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(3.661.887)	(187.498)
Operações de captação no mercado	(60.812)	(68.127)
Operações de empréstimos e repasses	(3.609.918)	-
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-	(122.489)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8 8.843	3.118
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	33.725	88.487
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(28.958)	(24.101)
Receitas de Prestação de Serviços	34.119	45.424
Despesas de Pessoal	(34.284)	(27.845)
Outras Despesas Administrativas	21 (28.489)	(27.566)
Despesas Tributárias	(15.700)	(13.567)
Outras Receitas Operacionais	22.d 16.901	17.745
Outras Despesas Operacionais	22.e (1.505)	(18.292)
RESULTADO OPERACIONAL	4.767	64.386
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	-	105
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	4.767	64.491
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.919)	(25.391)
Provisão para Imposto de Renda	(13.501)	(9.537)
Provisão para Contribuição Social	(10.578)	(5.916)
Ativo Fiscal Diferido	22.160	(9.938)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(1.452)	(766)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	1.396	38.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ING BANK N.V.

C.N.P.J. 49.336.860./0001-90

Consolidado Prudencial**Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019****(Em milhares de reais)**

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE LUCROS		LUCROS/ (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIA		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	627.602	8.924	4.218	53.795	214.857	-	909.396
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	38.334	38.334
Aumento de capital	8.924	(8.924)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas	-	-	195	-	-	-	195
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	636.526	-	4.413	53.795	214.857	38.334	947.925
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	636.526	40.499	4.550	58.279	248.897	-	988.751
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	1.396	1.396
Aumento de capital	40.499	(40.499)	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	-	-
Outras Reservas	-	-	126	-	-	-	126
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	677.025	-	4.676	58.279	248.897	1.396	990.273

ING BANK N.V.
C.N.P.J. 49.336.860/0001-90
Consolidado Prudencial
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	62.546	24.618
Lucro líquido do semestre	1.396	38.334
Depreciações e amortizações	564	1.700
Baixas no imobilizado	-	(12.388)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	60.460	(3.118)
Outras reservas	126	195
Resultado não operacional	-	(105)
Variação de ativos e passivos	3.437.779	(103.099)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.187.960)	(351.867)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras	(117)	(41)
(Aumento) Redução em operações de crédito	(16.733)	58.049
(Aumento) Redução em outros créditos	(12.713.705)	(11.583.764)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	(286)	11
(Redução) Aumento em depósitos	221.625	(1.063.984)
(Redução) Aumento em captações no mercado aberto	-	11.998
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos	5.087.689	1.756.205
(Redução) Aumento em relações de interdependências	(19.472)	18.967
(Redução) Aumento em instrumentos financeiros derivativos	972.754	55.264
(Redução) Aumento em outras obrigações	11.094.945	10.997.648
(Redução) Aumento em resultados de exercícios futuros	(961)	(1.585)
Caixa líquido originado em atividades operacionais	3.500.325	(78.481)
Atividades de investimento		
Alienação (aquisição) de outros investimentos	-	126
Aquisição (alienação) de imobilizado de uso	3.286	3.905
Aquisição (alienação) de intangível	(3.378)	(476)
Caixa líquido originado em atividades de investimento	(92)	3.555
Aumento (redução) nos fluxos de caixa	3.500.233	(74.926)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	7.490.405	4.281.081
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	10.990.638	4.206.155
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	3.500.233	(74.926)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) e a ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (doravante denominados por “Conglomerado”) são empresas investidas do ING Bank N.V. de Amsterdã.

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

A ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. (Corretora) tem por objetivo social, entre outras atividades, exercer funções de agente emissor de certificados, intermediar em operações de câmbio, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros, instituir, organizar e administrar fundos mútuos e clubes de investimento, agir como correspondente de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários. De acordo com a estratégia do ING Group, a Corretora não tem realizado as atividades relacionadas ao seu objeto social.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não se confundem com as demonstrações financeiras individuais para fins gerais, que são objeto de outros normativos do CMN e do BACEN.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Conglomerado detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao imposto de renda diferido ativo e passivo, à provisão para operações de créditos e outros créditos de liquidação duvidosa, à provisão para tributos e contribuições com exigibilidade suspensa, à provisão para passivos contingentes, mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As entidades que fazem parte do conglomerado prudencial revisam essas estimativas e premissas periodicamente.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado

prudencial das entidades:

Empresas	Atividades
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)	Instituição líder
ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.	Instituição participante

Mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras

Com base na Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019, o Conglomerado Prudencial realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis de 30 de junho de 2020 atendendo aos requerimentos da respectiva circular, onde destacamos: (i) mudanças na apresentação do balanço patrimonial dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade; (ii) abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas e (iii) balanço patrimonial passa a ser apresentado comparativamente ao exercício social imediatamente anterior.

O quadro abaixo apresenta as reclassificações feitas no balanço patrimonial advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular Bacen nº 3.959/2019:

31/12/2019				
Balanço Patrimonial	Saldo Anterior	Reclassificações	Saldo Atual	Alteração de nomenclatura
Disponibilidades	4.525	7.485.880	7.490.405	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.485.880	(7.485.880)	-	Caixa e equivalentes de caixa
Titulos e Valores Mobiliários	1.649.733	-	1.649.733	Titulos e Valores Mobiliários
Relações Interfinanceiras	811	-	811	Relações Interfinanceiras
Operações de Crédito	938.291	-	938.291	Operações de Crédito
Outros Créditos	30.416.863	(97.278)	30.319.585	Outros Créditos
Outros valores e bens	260	-	260	Outros valores e bens
Créditos Tributários	-	97.278	97.278	Créditos Tributários
Investimentos	65	-	65	Investimentos
Imobilizado de uso	7.770	-	7.770	Imobilizado de uso
Intangível	736	-	736	Intangível
TOTAL DO ATIVO	40.504.934	-	40.504.934	TOTAL DO ATIVO
Depósitos	2.159.035	-	2.159.035	Depósitos
Relações Interdependencias	21.003	-	21.003	Relações Interdependencias
Obrigações por empréstimos	9.626.826	-	9.626.826	Obrigações por empréstimos
Instrumentos Financeiros Derivativos	498.085	-	498.085	Instrumentos Financeiros Derivativos
Outras Obrigações	27.208.604	(71.368)	27.137.236	Outras Obrigações
Provisões	-	71.368	71.368	Provisões
Resultado de Exercícios Futuros	2.630	-	2.630	Resultado de Exercícios Futuros
Patrimônio Líquido	988.751	-	988.751	Patrimônio Líquido
TOTAL DO PASSIVO	40.504.934	40.504.934	40.504.934	TOTAL DO PASSIVO

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações financeiras, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua aquisição, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez, que fazem parte dos itens de caixa e equivalente de caixa, são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, cujos preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado está sujeita a um nível maior de incerteza, na medida em que a Administração do Banco efetua julgamentos significativos, na determinação dos métodos e premissas utilizados na sua mensuração, e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor recuperável, que envolve um alto nível de julgamento em sua determinação, considerando metodologias e premissas utilizadas, quando aplicável.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do semestre.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do semestre quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Os títulos classificados como mantidos até o vencimento são aqueles para os quais haja intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre e deduzidos de provisão por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o Conglomerado não possui títulos classificados como disponível para venda.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do semestre.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de "*hedge*" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do semestre. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado possui instrumentos financeiros classificados nessa categoria.
- *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "*hedge*" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Conglomerado não possui instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), além disso, envolvem premissas e julgamentos da Administração baseados em metodologias internas de

classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa quanto à essas perdas.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

Atendendo à Resolução nº 4.535 do Conselho Monetário Nacional - CMN, de 24 de novembro de 2016, os imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local em que está localizado. Adicionalmente, a depreciação corresponderá ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período de tempo durante o qual o Conglomerado espera utilizar o ativo.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% do lucro antes do imposto de renda apurado no semestre.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN e são constituídos as taxas vigentes à época das demonstrações financeiras, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos sendo realizado quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

De acordo com a Emenda Constitucional nº 103, publicada em 13 de novembro de 2019, a partir de 1º de março de 2020, a alíquota da contribuição social foi majorada a 20%, e por isso a contribuição social diferida foi constituída considerando está alíquota para tudo que apresenta realização a partir dessa data.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério “*pro rata temporis*” para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, o Conglomerado mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4. Gerenciamento de riscos

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

Risco de mercado - - é definido pelo risco de mudança de taxas e preços no mercado financeiro que possam reduzir o valor do portfólio afetando de forma negativa os resultados do conglomerado. Esses riscos são provenientes da atividade de *trading* que pode ter posições sem *hedge* abertas no mercado ou com *hedges* imperfeitos.

O gerenciamento e monitoramento do risco de mercado compreende a análise de métricas capazes de mensurar o risco, estabelecer limites e divulgar informações como *VaR*, *Basis Point Value* (BPV), exposição cambial (*FX Delta*), *stress test* e *backtest*. O controle é feito de forma independente das áreas de negócio e as informações são divulgadas diariamente, reportando toda e qualquer mudança no portfólio.

Análise de Sensibilidade

O Balanço Patrimonial está sujeito à variação dos fatores de risco de mercado decorrentes da atividade de intermediação financeira e de negociação por conta própria da instituição. A exposição a risco de mercado é gerenciada pela área de *Financial Markets*, que desempenha a função de primeira linha de defesa, e monitorada de forma independente pela área de Risco de Mercado, como segunda linha de defesa, observando-se limites preestabelecidos revisados periodicamente para assegurar alinhamento ao apetite de risco da organização. Os fatores de risco a que a instituição está atualmente sujeita abrangem exposição à variação

cambial e variação das taxas de juros das moedas negociadas, que, no caso da filial brasileira do ING Bank N.V., concentram-se primariamente em dólares americanos, euros e reais. A atividade da instituição não envolve, no momento, posições em produtos não lineares, como opções de moeda e juros.

i. O Value-at-Risk é uma métrica estatística que mensura a perda percentual da carteira do Conglomerado sujeita a riscos de mercado, ou seja, a riscos de flutuação de taxas de juros ou taxas de câmbio. Representa a perda máxima dentro de um período e nível de confiança determinados.

O conglomerado ING *Bank* do Brasil segue a metodologia global padrão da organização, sendo esta a simulação histórica com a amostra de um ano, horizonte de tempo de um dia e 99% de nível de confiança.

<i>Valores em milhares de Reais</i>	Dez/19	Jun/20
VaR taxas de juros	1.741	3.492
VaR Moeda estrangeira	318	7
VaR fechamento do semestre	1.754	3.519
VaR Máximo do Semestre	2.419	4.015
VaR Mínimo do Semestre	1.090	653

ii. O BPV (*Basis Point Value*) é uma forma de mensurar o risco de mercado de ativos de renda fixa e verificar o quanto seu valor de mercado se altera no caso de oscilação de um basis-point (ou seja, 0,01%) na taxa de juros. O *Delta* mede a variação de preço do ativo subjacente.

Fator de Risco	<i>Valores em milhares de Reais</i>	Dez/19	Jun/20
<i>BPV</i>	PRE	(10)	(47)
	USD on	(71)	(195)
	USD off	50	173
	EUR on	9	125
	EUR off	(35)	(162)
<i>FX Delta</i>	USD	(14.192)	(1.114)
	EUR	(2.068)	(1.027)
	JPY	39	50
	GBP	5	51

iii. Teste de Estresse

Rico de Mercado: As métricas de risco utilizadas são submetidas a testes de estresse adicionais com o objetivo de identificar o potencial de perda em condições extremas, como VaR de estresse, e de eventos excepcionais específicos identificados em históricos mais extensos. O quadro abaixo resume a situação das principais medidas utilizadas pela filial brasileira na gestão dos riscos de mercado em situações de estresse.

Valores em milhares de Reais	Dez/19	Jun/20
SVaR taxas de juros	30.007	33.156
SVaR Moeda estrangeira	3.436	386
SVaR fechamento do semestre	29.020	33.160
SVaR Máximo do Semestre	36.589	50.229
SVaR Mínimo do Semestre	11.989	2.489

iv. Teste de aderência (*Backtest*)

A área de Risco de Mercado utiliza o *backtesting* para determinar a aderência ao modelo de VaR, o método constitui em comparar o VaR calculado com as perdas ou ganhos financeiros efetivos da posição até o momento. Os dados de PnL teórico são inseridos na plataforma global e os resultados do *backtesting* são compilados e divulgados periodicamente.

Risco de crédito - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira do tomador/contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do setor de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, dentre outros.

Risco de liquidez - a exposição decorrente do descasamento de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através de relatórios diários de fluxo de caixa e da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter o perfil de risco de liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Administração do Conglomerado.

Risco operacional - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração do Conglomerado participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis do Conglomerado. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

Gerenciamento de capital - a estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. O Conglomerado possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado prudencial, cuja instituição líder é o ING Bank N.V.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria do Conglomerado, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência e do Patrimônio de Referência Mínimo, consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido mínimo, o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Administração do Conglomerado, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede do Conglomerado, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na internet.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	<u>Jun/20</u>	<u>Dez/19</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	5.343	4.525
Aplicações interfinanceiras de liquidez	10.985.295	7.485.880
Total	<u>10.990.638</u>	<u>7.490.405</u>

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por operações compromissadas no montante de R\$ 10.985.295 (R\$ 7.485.876 em dez/2019) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6. Títulos e valores mobiliários

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	<u>Jun/20</u>			
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Valor contábil/</u>	<u>Custo Atualizado</u>
Vinculados à prestação de garantias para negociação				
Cotas de Fundos de Investimentos	26.937	-	26.937	26.937
	<u>26.937</u>	<u>-</u>	<u>26.937</u>	<u>26.937</u>
Mantidos até o vencimento				
Debêntures	-	769.232	769.232	769.232
	<u>-</u>	<u>769.232</u>	<u>769.232</u>	<u>769.232</u>
	<u>Dez/19</u>			
	<u>Até 3 meses</u>	<u>Acima de 1 ano</u>	<u>Valor contábil/ mercado</u>	<u>Custo Atualizado</u>

Carteira Própria para negociação

Letras do Tesouro Nacional	113.524	-	113.524	113.407
	113.524	-	113.524	113.407

Vinculados à prestação de garantias para negociação

Letras do Tesouro Nacional	598.215	-	598.215	598.408
Cotas de Fundos de Investimentos	22.498	-	22.498	22.498
	620.713	-	620.713	620.906

Mantidos até o vencimento

Debêntures	-	611.363	611.363	611.363
	-	611.363	611.363	611.363

O valor de mercado dos títulos classificados para negociação representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado.

O valor de mercado dos títulos classificados como mantidos até o vencimento é R\$ 805.195 para o semestre findo em 30 de junho de 2020.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). A carteira de debêntures encontra-se registrada na B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), e custodiada em instituição financeira privada. As cotas de fundos de investimento são registradas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ou com os seus administradores.

Para constituição de provisão para redução ao valor recuperável da carteira de debêntures a Administração atende aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, de acordo com este critério, não foi constituída provisão.

Não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

7. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias do Conglomerado a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de “*hedge*” de clientes.

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, os controles dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração do Conglomerado, como segue:

Hedge - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;

Negociação - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente,

para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de “hedge” de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da B3 Brasil Bolsa Balcão (B3), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, B3 ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	jun/20				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Ativo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	-	11.583	-	11.583	2.653
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	784.603	934.579	310.759	2.029.941	2.076.850
Totais por faixa de vencimento em jun/20	784.603	946.162	310.759	2.041.524	2.079.503
Totais por faixa de vencimento em dez/19	159.022	121.978	23.133	304.133	285.385

Instrumentos financeiros derivativos	jun/20				
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/ mercado	Custo Atualizado
Passivo – Negociação					
Swaps					
- Moeda estrangeira	(77.118)	(92.230)	(76.574)	(245.922)	(237.722)
Mercado a termo					
- Moeda estrangeira	(545.009)	(663.452)	(13.958)	(1.222.419)	(1.303.523)
Outros	(2.498)	-	-	(2.498)	(2.498)
Totais por faixa de vencimento em jun/20	(624.625)	(755.682)	(90.532)	(1.470.839)	(1.543.743)
Totais por faixa de vencimento em dez/19	(225.140)	(214.501)	(58.444)	(498.085)	(430.934)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registrados na B3, cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

CONTRATOS	jun/20				
	Futuros	Termo	Swap	Hedge	Total
Negociação					
- Moeda estrangeira	10.605.047	28.187.119	1.235.364	-	40.027.530
- Taxa de juros	29.759.036	-	43.689	-	29.802.725
Hedge - risco de mercado					
- Taxa de juros	-	-	-	1.498.553	1.498.553
Total jun/20	40.364.083	28.187.119	1.279.053	1.498.553	71.328.808
Total dez/19	21.278.992	25.781.287	1.298.725	1.505.614	49.864.618

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à B3, foram requeridas margens no valor de R\$ 26.936 (R\$ 620.713 em dez/2019), garantidas mediante a vinculação de cotas de fundo de liquidação.

Hedge risco de mercado

Para proteção do risco de mercado de eventuais variações das taxas praticadas pelo mercado, a Filial negociou futuros com vencimento até janeiro de 2022. Os itens objeto de hedge são representados por operações de crédito (cédula de crédito bancário) e certificados de depósitos bancários, e possuem vencimento em até novembro de 2021, proporcionando a efetividade desejada da cobertura do risco e minimizando assim os riscos oriundos das operações-objeto.

	Valor referencial	Valor de mercado
Instrumento de hedge		
<i>Futuros - DI</i>	1.449.828	1.498.553
Objeto de hedge		
<i>Operações de crédito</i>	118.500	124.110
<i>CDB</i>	1.306.000	1.373.073

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no semestre estão demonstrados a seguir:

RESULTADO COM DERIVATIVOS	jun/20	jun/19
Futuros	9.718	63.638
Swaps	(430.987)	12.854
Termo	1.450.398	(67.682)
Outros	(781)	(200)
Total	1.028.348	8.610

8. Operações de crédito

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito

Setor Privado	jun/20	dez/19
Indústria	784.375	741.103
Outros serviços	179.215	205.743
Pessoas físicas	-	11
Total (*)	963.590	946.857

(*) Inclui ajuste de valor de mercado de operações classificadas como hedge accounting no valor de R\$ 2.827 (R\$ 1.448 em dez/2019).

Adiantamento sobre contratos de câmbio (Nota 9)

Setor Privado	jun/20	dez/19
Indústria	1.331.542	1.541.208
Comércio	1.753.615	1.189.220
Outros serviços	388.338	309.223
Total	3.473.495	3.039.651

Títulos e créditos a receber (Nota 10)

Setor Privado	jun/20	dez/19
Outros serviços	153.906	-
Total	153.906	-

(*) Em março de 2020 houve vencimento de garantia prestada, convertida em confissão de dívida, no valor de R\$ 153.906.

b) Nível de risco

Nível de Risco	%	Valor da provisão		Valor da Carteira	
		jun/20	dez/19	jun/20	dez/19
AA	0%	-	-	2.028.483	1.046.571
A	0,5%	371	633	74.216	126.580
B	1%	21.651	25.925	2.165.107	2.593.850
C	3%	1.350	2.941	45.008	98.045
D	10%	4.139	3.921	41.390	39.211
E	30%	91.044	24.675	236.787	82.251
Total		118.555	58.095	4.590.991	3.986.508

c) Vencimento

Vencimento	jun/20	dez/19
A vencer até 90 dias	1.941.995	1.065.888
A vencer de 91 a 360	2.490.933	2.475.726
A vencer acima de 360	106.539	444.894
Vencidas até 180	51.524	-
Total	4.590.991	3.986.508

d) Movimentação da provisão

Provisão	jun/20	dez/19
Saldo inicial	58.095	48.252
Constituição	69.333	17.737
Reversão	(8.873)	(7.894)
Saldo final	118.555	58.095

A garantia prestada com vencimento em março de 2020, mencionada na nota explicativa 8.a), tinha provisão para perdas no valor de R\$ 68.330, que foi revertida da rubrica de provisão para fianças e garantias prestadas, e reconstituída como provisão para outros créditos de liquidação duvidosa, quando ocorreu a conversão para confissão de dívida dessa garantia prestada e, como consequência, para fins de comparação adequada, o resultado desta reversão foi classificada na rubrica de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa nas demonstrações do resultado.

Em 30 de junho de 2020 existem operações renegociadas no montante de R\$ 236.785 (R\$ 241.158 em dez/2019).

9. Carteira de câmbio

Carteira de câmbio	jun/20		dez/19	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ATIVO				
Câmbio comprado a liquidar	25.957.267	524.400	17.509.796	92.284
Direitos sobre venda de câmbio	15.665.699	464.255	12.329.631	88.384
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	42.186	-	56.293	-
TOTAL	41.665.152	988.655	29.895.720	180.668
PASSIVO				
Câmbio vendido a liquidar	16.441.890	520.298	12.147.455	87.656
Obrigações por compra de câmbio	24.171.071	464.255	17.635.765	88.384
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(3.431.309)	-	(2.983.358)	-
TOTAL	37.181.652	984.553	26.799.862	176.040

10. Outros créditos – diversos

Créditos diversos	jun/20		dez/19	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos a compensar	12.611	11.286	27.395	8.828
Depósitos judiciais (Nota 15.d)	9	223.884	-	222.070
Adiantamentos a funcionários e terceiros	1.670	-	1.069	-
Títulos e créditos a receber (Nota 8) (*)	153.906	-	-	-
Devedores diversos país	96	3.731	318	4.393
TOTAL	168.292	238.901	28.782	235.291

(*) Em março de 2020 houve vencimento de garantia prestada, convertida em confissão de dívida, no valor de R\$ 153.906.

11. Créditos Tributários

O saldo de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social existentes em 30 de Junho de 2020, no montante de R\$100.012 (31/12/2019: R\$ 97.278) decorre basicamente de diferenças temporárias, assim consideradas as despesas apropriadas no resultado do semestre e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, cuja exclusão ou compensação fiscal futura encontra-se expressamente prevista na legislação tributária vigente. Essas diferenças temporárias estão, basicamente, representadas pela provisão para operações de crédito, estoque a realizar de diferença de curvas no cálculo de derivativos futuros registrados na B3, ajustes a valor de mercado e provisões para contingências fiscais.

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2020 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	31/12/2019	Adições	Baixas	30/06/2020
Outras provisões temporárias	63.476	32.098	(8.046)	87.528
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	7.358	16.033	(23.391)	-
IR/CS diferido	26.444	32.250	(46.210)	12.484
Total	97.278	80.381	(77.647)	100.012

Não há saldo de provisões temporárias passivas em 2020 (R\$ 19.808 em dez/2019).

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2020 está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	jun/20
Ano-calendário 2020	67.939
Ano-calendário 2021	20.779
Ano-calendário 2022	10.813
Ano-calendário 2023	-
Ano-calendário 2024	480
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>100.012</u>

Em 30 de junho de 2020, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 95.981 (R\$ 92.584 em dez/2019), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos exercícios.

12. Depósitos e captações no mercado aberto

As captações em depósitos interfinanceiros, depósitos a prazo e no mercado aberto são efetuadas com taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos e captações	jun/20				Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	
Depósito a vista	981	-	-	-	981
Depósito interfinanceiros	-	141.775	-	-	141.775
Depósito a prazo	-	1.180.786	700.318	356.800	2.237.904
Total por faixas de vencimento em jun/20	981	1.322.561	700.318	356.800	2.380.660
Total por faixas de vencimento em dez/19	463	765.015	1.255.894	137.663	2.159.035

13. Obrigações por empréstimos e repasses do exterior

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 1.623.661 (US\$ 1.226.101 em dez/2019) que representa R\$ 8.890.193 (R\$ 4.941.311 em dez/2019), a taxa de juros de até 5.97% ao ano e vencimentos até maio de 2021, repasses do exterior, no montante de US\$ 204.332 que representa R\$ 1.118.797 (R\$ 1.023.853 em dez/2019), a taxa de juros de até 3.79% ao ano e vencimentos até junho de 2021 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 847.130 (US\$ 811.194 em dez/2019) que representa R\$ 4.705.525 (R\$ 3.661.662 em dez/2019), a taxa de juros de até 0.20% ao ano com vencimentos até julho de 2020.

14. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

Obrigações fiscais e previdenciárias	jun/20		dez/19	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	4.551	-	6.693	-
Imposto de renda e contribuição social	23.585	-	235	-
Impostos e contribuições diferidos	-	2.932	7.030	1.547
TOTAL	28.136	2.932	13.958	1.547

15. Outras obrigações – diversas

Obrigações diversas	jun/20		dez/19	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	9.596	1.101	14.498	1.229
Provisão para perdas com avais e fianças	-	580	68.473	1.410
Diversos	21.302	898	18.129	397
TOTAL	30.898	2.579	101.100	3.036

16. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

- a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro e 2019, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- b) Passivos contingentes: o Conglomerado possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2019	Adições	Baixas/Reversões	30/06/2020
Trabalhistas	65	-	-	65
Fiscais	71.303	1.673	(359)	72.617
Total	71.368	1.673	(359)	72.682

- b.1) *Passivos contingentes classificados como perda possível*: o Conglomerado possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 27.289 (R\$ 26.799 em dez/2019). Foi julgado improcedente no CARF. A Filial recorreu à esfera judicial, pendente de julgamento. Depósito judicial feito em Maio/19.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 12.556 (R\$ 12.364 em dez/2019). O processo encontra-se na esfera judicial, e aguarda julgamento.
- Auto de Infração sobre dedução de depósito judicial da estimativa de IRPJ e CSLL no ajuste anual, no valor de R\$ 6.476 (R\$ 6.419 em dez/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.

- Auto de Infração cobrando as contribuições previdenciárias incidentes sobre PLR (ano-calendário 2005 e 2006), no valor de R\$ 6.180 (R\$ 6.136 em dez/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração de PIS pela impossibilidade de dedução das despesas advindas dos contratos de swap (fins de hedge), no valor de R\$ 3.272 (R\$ 3.220 em dez/2019). O processo encontra-se na esfera administrativa e aguarda julgamento.
- Auto de infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 49.886 (R\$ 49.067 em dez/2019). Recurso voluntário julgado improcedente no CARF. A Corretora recorreu à esfera judicial, ainda pendente de julgamento.
- Execução Fiscal que tem como objeto a exigência de IRRF nas operações de Hedge do ano fiscal de 1999, no valor atualizado de R\$ 4.824 (R\$ 4.739 em dez/2019). O IR retido na Fonte não foi retido em virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela Corretora.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, o Conglomerado possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 21.151 (R\$ 21.384 em dez/2019).

Obrigações legais: representadas, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica “Provisão” conforme balanço patrimonial. As principais obrigações referem-se à processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 10.253 (R\$ 10.093 em dez/2019) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 24.655 (R\$ 24.382 em dez/2019), ISS sobre avais e fianças no montante de R\$ 8.254 (R\$ 7.414 em dez/2019), IRPJ/CSLL sobre ganhos na desmutualização da BMF/Bovespa no montante de R\$ 2.197 (R\$ 2.178 em dez/2019), processos de natureza trabalhista/ previdenciária no montante de R\$ 3.038 (R\$ 3.171 em dez/2019), processos vinculados ao Finsocial – Compensação de valores recolhidos acima da alíquota de 0,5%, no montante de R\$456 (R\$456 em dez/2019), PIS/COFINS sobre ampliação da base de cálculo, majoração da alíquota referente a Inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 no valor de R\$5.644 (R\$5.581 em dez/2019), IRPJ/CSLL sobre desmutualização da Bovespa/BM&F no montante de R\$18.053 (R\$17.895 em dez/2019) e processos vinculados à Anistia que resultam em R\$ 67, sendo referentes a Compensação integral da diferença de correção Monetária Devedora IPC/CTNF-90, Compensação Integral de Prejuízo Fiscal e Compensação de Prejuízos – CSLL (R\$ 133 em dez/2019).

Todos os processos citados possuem depósito judicial exceto pelo processo vinculado ao Finsocial.

- c) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 26.488 (R\$ 26.196 em dez/2019), depósitos vinculados a Anistia R\$ 19.515 (R\$ 19.402 em dez/2019), depósito referente discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 25.594 (R\$ 25.297 em dez/2019), depósito judicial referente compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 6.052 (R\$ 5.988 em dez/2019), depósito sobre omissão de receitas de IRPJ e CSLL 2003 e 2004, no montante de R\$ 5.954 (R\$ 5.863 em dez/2019),

dedutibilidade da despesa de PLR de estatutários para IRPJ e CSLL 2006 e 2007 no montante de R\$ 12.556 (R\$ 12.364 em dez/2019), e PIS (08 a 12/2004) e COFINS – glosa de perdas em operações com derivativos consideradas pela RFB “sem finalidade de hedge”, no montante de R\$ 30.561 (R\$ 30.019 em dez/2019), exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 49.886 (R\$ 49.067 em dez/2019), IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 18.053 (R\$ 17.895 em dez/2019), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 4.824 (R\$ 4.739 em dez/2019), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.990 (R\$ 2.957 em dez/2019), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.883 (R\$ 2.849 em dez/2019) e compensação indevida de prejuízo fiscal no montante de R\$ 4.482 (R\$ 4.432 em dez/2019). O saldo remanescente de R\$ 14.053 (R\$ 15.002 em dez/2019) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

17. Operações vinculadas

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	jun/20			dez/19		
	Ativo	Passivo	Receita (despesa)	Ativo	Passivo	Receita (despesa)
Operações de crédito	4.254.125	-	105.191	3.162.538	-	61.751
Empréstimos do exterior	-	4.249.564	(97.138)	-	3.159.504	(57.356)

O resultado líquido com operações vinculadas é de R\$ 8.053 (R\$ 4.395 em 2019).

Em 30 de junho de 2020 o saldo de operações ativas vinculadas em atraso é de R\$ 51.524.

18. Patrimônio líquido

O capital social do Conglomerado corresponde a R\$ 677.025, referente a investimentos da Matriz, acrescido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes.

Conforme Deliberação em 27 de dezembro de 2019, houve aprovação de aumento de capital no valor de R\$ 31.575 no Banco e de R\$ 8.924 na Corretora, homologado pelo Banco Central em 06 de abril de 2020. A totalidade do aumento de capital é referente a capitalização de juros de capital próprio.

19. Imposto de renda e contribuição social

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2020		2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Apuração de imposto de renda e contribuição social				
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	4.767	4.767	64.491	64.491

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
Demonstrações financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2020

(-) Participações nos resultados	(1.452)	(1.452)	(766)	(766)
Resultado antes dos impostos ajustado	3.315	3.315	63.725	63.725
Adições ou exclusões temporárias	66.752	66.751	(9.283)	(9.283)
Ajuste contábil referente futuros	115.057	115.057	6.500	6.500
Ajuste MTM Swap e títulos públicos	(31.021)	(31.021)	(15.146)	(15.146)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa monetária dos depósitos judiciais	(8.843)	(8.843)	9.504	9.504
Provisão para gratificações	(458)	(458)	(2.428)	(2.428)
Provisão para gratificações	(7.477)	(7.477)	(7.300)	(7.300)
Outras adições e exclusões diversas	(506)	(507)	(413)	(413)
Adições ou exclusões permanentes	(772)	(772)	(1.419)	(1.419)
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(16.351)	(16.351)	(13.586)	(13.586)
Base tributável	52.943	52.943	39.437	39.437
IR (alíquota 15%) e CS (Alíquota 20%) (*)	(8.045)	(10.530)	(5.916)	(5.916)
Adicional de IR (alíquota 10%)	(5.339)	-	(3.920)	-
Redução de imposto por incentivos	329	-	299	-
Imposto de renda e contribuição social corrente a pagar	(13.055)	(10.530)	(9.537)	(5.916)
Ajustes de exercícios anteriores (a)	(446)	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(13.501)	(10.530)	(9.537)	(5.916)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Resultado da marcação a mercado	(31.021)	(31.021)	(15.147)	(11.361)
Provisões não dedutíveis temporariamente	(18.419)	(18.419)	(2.687)	(2.254)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	(16.351)	(16.351)	(13.586)	(10.189)
Provisões não dedutíveis CSLL a 15%	-	-	-	-
Outras diferenças temporárias	114.929	114.929	6.576	4.932
Base tributável diferida	49.138	49.138	(24.844)	(18.872)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12.284	9.876	(6.212)	(3.726)

(a) valores de processos com discussão de IRPJ e CSLL de períodos anteriores.

(*) em 2019 a alíquota de CS era de 15%

20. Operações com partes relacionadas

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo/passivo	Grau de relação	2020	Dez-19
Rendas a receber	Outras partes relacionadas	1.764	1.952
Depósitos à vista	Outras partes relacionadas	(981)	(462)
Empréstimos no exterior	Controladora	(14.267.783)	(9.290.922)
Outros créditos - câmbio	Controladora	32.567.821	24.507.650
Outras obrigações - câmbio	Controladora	(32.544.338)	(24.452.059)
Receitas/(despesas)		2020	Jun-19
Resultado de câmbio	Controladora	(453.018)	(148.903)
Receita de Prestação de Serviços	Controladora	23.080	24.213
Resultado de empréstimos no exterior	Controladora	(1.778.261)	(93.103)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal chave da administração para o semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 4.344 (R\$ 3.104 em jun/2019) de remuneração fixa, e de R\$ 1.820 (R\$ 1.473

em jun/2019) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo, conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

a) Remuneração baseada em ações

A Filial participa de um programa global de remuneração de longo prazo “Long-Term Sustainable Performance Plan”, patrocinado pelo ING Groep N.V de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 126 (R\$ 195 em jun/2019), tendo como contrapartida a conta de “Reserva de capital”.

21. Despesas Administrativas

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços prestados por parte relacionada	(9.117)	(7.234)
Serviços técnicos especializados	(2.353)	(4.337)
Processamento de dados	(5.045)	(4.535)
Aluguel	(2.038)	(2.172)
Serviços do Sistema financeiro	(3.105)	(2.006)
Comunicação, publicações, promoções e relações públicas	(544)	(811)
Manutenção e conservação de bens	(540)	(713)
Depreciação e amortização	(564)	(1.700)
Despesas de transporte e viagem	(220)	(453)
Seguros, água, energia e gás	(144)	(102)
Serviços de terceiros	(151)	(177)
Outras despesas administrativas	(4.668)	(3.326)
TOTAL	(28.489)	(27.566)

22. Informações adicionais

- a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 823.357 (R\$ 935.067 em dez/2019). A provisão para garantias financeiras prestadas é constituída baseada na avaliação das perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, bem como características específicas das operações realizadas, consoante os requerimentos da Resolução nº 4.512/16 do Banco Central do Brasil. As provisões são efetuadas aplicando o mesmo critério de provisionamento utilizado para as operações de crédito, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 (CMN), as garantias estão vinculadas ao risco de crédito.
- b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2019, o valor do índice de Basileia era de 14,58% (16% em 2019).
- c) O Conglomerado patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados

através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2020 totalizaram R\$ 684 (R\$ 603 em jun/2019), conforme apresentado nas demonstrações do resultado em despesa de pessoal.

- d) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à atualização de depósitos judiciais R\$ 2.960 (R\$ 4.251 em jun/2019), variações monetárias ativas de créditos a compensar R\$ 15 (R\$ 494 em jun/2019), comissão sobre compromisso de crédito R\$ 392 (R\$ 685 em jun/2019), reserva de crédito de previdência privada R\$ 4.705 em jun/2019 e outras rendas no valor de R\$ 13.534 (R\$ 7.610 em jun/2019).
- e) Outras despesas operacionais correspondem basicamente às atualizações de riscos fiscais R\$ 872 (R\$ 745 em jun/2019), provisão para garantias prestadas R\$ 20 (R\$ 12.622 em jun/2019) e outras despesas R\$ 613 (R\$ 4.925 em jun/2019).

23. Informações suplementares

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pela pandemia do Covid-19. Durante este período, o ING Brasil, seguindo orientações dadas a todos os países onde o grupo atua, tomou todas as medidas necessárias para garantir a segurança de seus colaboradores e a continuidade no atendimento de qualidade aos seus clientes. O ING Brasil conduziu criteriosas análises de risco e crédito no intuito de detectar possíveis deteriorações na carteira de clientes, do ponto de vista financeiro e operacional. Como resultado deste trabalho contínuo, e até o presente momento, os efeitos do Covid-19 não foram relevantes para impactar o resultado do banco. Dessa forma, o aumento nas provisões de crédito observado no período não está diretamente ligado aos efeitos da pandemia. O banco permanece atento e monitorando continuamente os impactos da pandemia a fim de se antecipar a qualquer risco apresentado.